

29 SET 1988

Governo não suspende ^{políticas} cobrança de dívidas

BRASÍLIA — O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, confirmou ontem no Palácio do Planalto que o governo não pretende suspender a cobrança dos 25%, referente ao pagamento mínimo pelos estados das dívidas externas vencidas e a vencer. Segundo o ministro, a posição do governo na questão não pode ser interpretada como in-consequente ou desvinculada de quaisquer objetivos concretos da política fiscal, que está sendo feita em função dos objetivos de redução do déficit público.

Sobre a reação de sete governadores — Moreira Franco, Orestes Quércia, Pedro Ivo, Newton Cardoso, Epitácio Cafeteira, Pedro Simon e Tasso Jereissatti — que pretendem a derrubada, no Congresso Nacional da proposta do governo de rolar em 75% a dívida externa dos estados, o ministro acha que a pressão está sendo feita no lugar errado: “A pressão tem que ser feita no Parlamento. O Executivo hoje apresenta a a proposta e a executa, mas quem realmente vai fazer o orçamento da União para o ano que vem é o Parlamento. Quem vai estabelecer a estrutura programática, a estrutura do gasto público para o próximo ano é o Parlamento”, sustentou.

Até às 18 horas, quando chegou ao Palácio do Planalto para assinar um pro-

ocolo com o governo de Rondônia referente à distribuição da reserva do fundo especial, o ministro do Planejamento confirmou que ainda não havia recebido o documento assinado pelos governadores de Minas, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Sul, entregue ao presidente Sarney pelo governador Newton Cardoso. O ministro considera a proposta do governo em relação à rolagem da dívida dos estados “consistente com os objetivos da política fiscal para o próximo ano”.

☐ Se o presidente José Sarney atender a reivindicação dos governadores, de ampliar a dívida dos estados que será rolada em 89, o governo terá que enviar outra proposta de orçamento ao Congresso Nacional, disse o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. Abreu, que recebeu uma visita do governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, disse, na saída do encontro, que medidas adicionais “terão que ser tomadas” para atender aos estados, que pretendem pagar apenas 10% — e não 25%, como quer o Executivo — de suas dívidas a partir de 1989. Até 10% já fica apertado para os governos estaduais”, comentou Newton Cardoso.